



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

**1 e 2 de maio de
2018**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 03 e 02 / 05 / 2018	Página 09	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Improbidade Ex-presidente da Câmara de Joselândia tem condenação mantida

O ex-presidente da Câmara de Vereadores do Município de Joselândia, Mark Cilon Soares Sousa, teve sua condenação em 1º Grau – proferida pelo juiz Huggo Alves Albarelli Ferreira – mantida pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Ele foi condenado a ressarcir o erário em R\$75.255,98; ao pagamento de multa civil correspondente a cinco vezes a remuneração que recebia na época da prática dos atos; teve seus direitos políticos suspensos por cinco anos; fica proibido de contratar com o Poder Público por três anos e, ainda, foi condenado à perda do cargo ou função pública, caso possua.

base, sob o argumento de que não teve acesso aos autos de prestações de contas, por considerar o Ministério Público parte ilegítima para promover a ação e alegando a inaplicabilidade da lei de improbidade aos agentes políticos. Analisando as preliminares, o relator entendeu que a prestação de contas é documento de natureza pública, que pode ser requerido por qualquer indivíduo, inclusive por quem as enviou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA). O relator explicou que a Lei de Improbidade Administrativa é aplicável aos agentes políticos,

A apelação ajuizada pelo autor, cuja relatoria foi do desembargador José de Ribamar Castro, tinha como objetivo anular a sentença de

bem como a prefeitos e vereadores, refutando outra preliminar.

De acordo com Ribamar Castro, as provas expostas pelo TCE revelaram as irregularidades na prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2008, dentre elas ausência de processo de licitação ou de dispensa referente a locação de um veículo; folha de pagamento que ultrapassou o limite constitucional estabelecido; pagamento indevido de verba de representação ao presidente da Câmara Municipal. Para o relator, os fatos são suficientes para caracterizar dolo e danos ao erário, tornando o Ministério Público parte legítima para ajuizar a Ação de Improbidade.

Acompanharam o voto do relator, os desembargadores Raimundo Barros e Ricardo Duailibe, negando provimento ao apelo, para manter a sentença de base inalterada.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
DATA	03 / 05 / 2018	Página 06

Mãe faz apelo por cirurgia cardíaca da filha de dois anos

Mãe de Maria Vitória relata que a filha sofre de cardiopatia congênita e precisa realizar cirurgia; criança faz tratamento no Hospital Materno Infantil, mas o procedimento cirúrgico não é realizado no estado do Maranhão

Portadora de cardiopatia congênita e cada vez com o quadro de saúde mais delicado, a menina Maria Vitória Rodrigues dos Santos, de 2 anos, necessita de uma cirurgia. Porém, a mãe da criança, Catiane Fonseca, alega que não consegue a realização do procedimento pela rede pública e faz um apelo aos órgãos responsáveis. A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou que o procedimento não é realizado no Maranhão e que a criança será enviada para outro estado para a realização do procedimento.

"A médica disse que quanto mais ela cresce a situação piora. Hoje ela passa mal quatro vezes por dia. A médica também disse que a fila de espera por essa cirurgia tem muita gente na frente. O que me restou foi esse apelo antes que a minha filha morra", disse Catiane Fonseca. Maria Vitória faz tratamento no

Hospital Materno Infantil, em São Luís, desde que nasceu, mas o problema está se agravando. "Que os responsáveis se sensibilizem com o nosso caso e nos ajudem", finalizou.

De acordo com dados da sociedade brasileira de cardiologia, no Brasil, nascem por ano em torno de 23 mil crianças com pro-

Criança faz tratamento desde o nascimento

blemas cardíacos. As cardiopatias congênitas podem produzir sintomas no nascimento, durante a infância, ou somente na idade adulta. A doença é uma alteração na estrutura do coração presente antes mesmo do

nascimento. Essas alterações ocorrem enquanto o feto está se desenvolvendo no útero e pode afetar cerca de uma em cada 100 crianças, segundo dados da *American Heart Association*.

Nota da Secretaria de Saúde
 A Secretaria de Estado da Saúde (SES) esclarece que o procedimento para tratar a cardiopatia congênita desta criança não é realizado nem pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA) nem na rede particular de São Luís. A SES informa que adota todas as medidas para garantir a assistência médica à criança em outro estado. Deste modo, inseriu a paciente na Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC), onde foi direcionada para o Hospital de São José do Rio Preto e, agora, aguarda resposta sobre a data para transferência da paciente. •



Catiane Fonseca com a filha de dois anos nos braços; que necessita de uma cirurgia no coração com urgência

24º BIS faz ação humanitária às vítimas das enchentes no MA

Doações foram entregues a pessoas que ficaram desabrigadas devido às fortes chuvas em povoados do município de Rosário e também nas cidades de Pedreiras e Codó



VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 03 / 05 / 2018	Página 06	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Abastecimento de água é normalizado em bairros de SL

Mais de 150 bairros ficaram sem água nas torneiras por problemas na adutora do Italuís

O abastecimento de água nos bairros de São Luís foi normalizado às 17h20 da última segunda-feira (30), após realização de reparos na

adutora do Sistema Italuís, a qual sofreu rompimento na noite do domingo (29). A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) informou também que, após a restauração, o abastecimento ocorreu de forma gradativa e primeiro foi sentida nas áreas mais baixas da capital maranhense.

O rompimento da adutora do Sistema Italuís aconteceu por volta das 20h de domingo, 29, no Km-

38 da BR-135, conforme a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema). O prazo dado para retomar o abastecimento dos bairros afetados foi de 24 horas. Mais de 150 bairros ficaram sem água nas torneiras.

Em nota, a Caema informou que estava agendada para o dia 9 de maio uma parada programada para a ativação da nova adutora. Porém, a operação está suspensa, devido ao rompimento. ●



VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Urbano () Geral () Polícia
(x) O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 05 / 05 / 2018	Página 7	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Juiz federal revoga prisão de Bardal e outros acusados

O juiz federal Luiz Régis Bomfim Filho revogou ontem a prisão preventiva de todos os suspeitos de participação no caso da Máfia do Contrabando

O juiz federal Luiz Régis Bomfim Filho revogou ontem a prisão preventiva do delegado Tiago Bardal e de todos os envolvidos, acusados de participação no caso da Máfia do Contrabando, suposta organização criminosa de contrabandistas de cigarros e bebidas no estado. Bardal e os outros suspeitos vão pagar fiança e cumprir medidas cautelares.

De acordo com a decisão do juiz Luiz Régis Bomfim Filho, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, a revogação da prisão dos suspeitos está condicionada à não existência de outro eventual mando de prisão e/ou determinação jurisdicional de custódia sujeitos a cumprimento contra eles.

Os beneficiados com a decisão são: Tiago Mattos Bardal, Rogério Sousa Garcia, Luciano Fábio Farias Rangel, Joaquim Pereira de Carvalho, Fernando Paiva Moraes Júnior, Reinaldo Francalanci, Galdino do Livramento Santos e Evandro da Costa. Na decisão, foi ainda mantida a liberdade provisória de José Carlos Gonçalves, Aroudo João Padilha Martins, Ricardo Jefferson Muniz Belo, Edmilson Silva Macedo e Ro-

A OPERAÇÃO

Guarnições das polícias Civil e Militar deram início a uma operação no povoado Arraial, no Quebra-Pote, no início da madrugada do dia 22 de fevereiro. A ação combateu organização criminosa que iria receber carregamento de mercadorias e armas contrabandeadas, através de um porto particular. De acordo com a SSP, uma das guarnições abordou um automóvel, onde estavam presentes dois homens – um deles, o delegado Tiago Bardal, que disse estar retornando de uma festa. Foram apreendidas centenas de caixas de whisky e de cigarros, dois rifles calibre 44, um revólver Magnum de mesmo calibre, cinco pistolas calibre ponto 40, duas granadas, uma pistola 380 e farta munição.

SAIBA MAIS

Medidas cautelares

- Recolhimento domiciliar no período noturno e nos fins de semana
- Monitoramento eletrônico;
- Comparecimento periódico ao Juízo para informar e justificar as atividades;
- Proibição de manter contato com os demais denunciados e/ou eventuais investigados;
- Proibição de acesso e/ou frequência ao sítio localizado na área conhecida como Arraial, localizada no bairro do Quebra-Pote, zona rural de São Luís;
- Suspensão de exercício da função pública, sem prejuízo de eventual tramitação de procedimento administrativo disciplinar.

Valores das fianças

- Tiago Mattos Bardal, Luciano Fabio Farias Rangel, Joaquim Pereira de Carvalho Filho e Rogério Sousa Garcia, fiança no valor de R\$ 30 mil;
- Reinaldo Elias Francalanci e soldado Fernando Paiva Moraes Júnior, fiança no valor R\$ 15 mil.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 05 / 05 / 2018	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

2 CIDADES

Jovem é vítima de homofobia em SL

Ele foi agredido verbalmente por um cobrador de ônibus dentro de um coletivo, no centro da cidade

Luiz Henrique Teixeira, de 20 anos, fez uma postagem em sua página em uma rede social, expondo sua revolta e indignação diante de um momento pelo qual passou, ao embarcar em um coletivo em São Luís, na tarde de sexta-feira, 27.

O estudante disse em seu texto que foi vítima da ignorância humana pelo "simples fato" de trajar uma calça jeans rasgada. Disse, ainda, ter sido humilhado e exposto de uma forma que nunca imaginou, tendo o fato acontecido diante de vários passageiros que estavam no ônibus. Sendo obrigado a ouvir xingamentos homofóbicos e palavras de grosso calão.

A situação ocorreu no momento em que ele entrou no ônibus de linha Parque Vitória/São Francisco, no Centro, para fazer o trajeto de volta para casa, quando saiu de uma palestra a que tinha ido assistir.

Luiz Henrique afirmou ter sentido a dor do filho que sofre por não poder ser quem é. Em entrevista a O Estado, o jovem contou que os xingamentos ditos a ele só cessaram no momento em que conseguiu passar pela catraca do ônibus, pois o cobrador havia lhe barrado, por ele não ter um valor menor que os R\$ 10,00 que tinha dado para tirar o valor da passagem.

Ele alegou que os passageiros do ônibus ficaram inertes ao presenciarem aquela situação, não esboçando nenhum tipo de reação, assim como o motorista do coletivo.



Divulgação

Vítima de agressão verbal fotografou e publicou o prefixo do ônibus

O QUE DIZ A LEI

O art. 20 da Lei nº 7.716/89 define como crime a prática, indução a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, considerando pena de reclusão de um a três anos e multa.

humilhado...".

Luiz Henrique fotografou o número do ônibus, procurou uma delegacia e registrou um B.O na mesma tarde do ocorrido, pois disse que as pessoas precisam respeitar mais as outras e não ferir ninguém. "Violência psicológica e moral é tão grave quanto violência física", ressaltou.

O Estado manteve contato com Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Estado do Maranhão (Strema) para saber o posicionamento do órgão diante do

momentos de sua vida. "Eu me